



LEI Nº 5.569 , DE 14 DE Maio

DE 2006

PUBLICADO

D. Oficial nº 93

Data 19/05/06

Acréscita o Art. 4-A e altera o Art. 57 e Anexo I, da Lei nº 5.377, de 10 de fevereiro de 2004 e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ,

FAÇO saber que a Assembléia Legislativa aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica acrescentado o Art. 4-A à Lei nº 5.377, de 10 de fevereiro de 2004, com a seguinte redação:

“Art. 4-A As atividades dos cargos de agente penitenciário, monitor penitenciário e criminólogo não poderão ser terceirizadas.”

Art. 2º O Art. 57 e o Anexo I, da Lei nº 5.377, de 10 de fevereiro de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 57. O Conselho Penitenciário do Estado do Piauí terá na sua composição um membro titular, dentre os agentes penitenciários, monitores penitenciários e criminólogos, indicados por sua entidade sindical representativa para mandato de 4 (quatro) anos.”

“ANEXO I

O efetivo do Sistema Penitenciário é composto de 1.600 (mil e seiscentos) cargos, com a distribuição em números, denominação, classes e respectivas referências:

| Nº CAR-GOS | DENOMINAÇÃO DO CARGO | CLASSE | REFERÊNCIA |
|------------|----------------------|----------|------------|
| --- | ----- | --- | --- |
| 50 | AGENTE PENITENCIÁRIO | ESPECIAL | 207 |
| 200 | AGENTE PENITENCIÁRIO | PRIMEIRA | 206 |
| 300 | AGENTE PENITENCIÁRIO | SEGUNDA | 205 |
| 800 | AGENTE PENITENCIÁRIO | TERCEIRA | 204 |
| --- | ----- | --- | --- |

”(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina(PI), 14 de maio de 2006.

GOVERNADOR DO ESTADO

SECRETÁRIO DE GOVERNO



LEI Nº 5.569 , DE 14 DE Maio

DE 2006

PUBLICADO

D. Oficial nº 93

Data 19/05/06

Acréscita o Art. 4-A e altera o Art. 57 e Anexo I, da Lei nº 5.377, de 10 de fevereiro de 2004 e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ,

FAÇO saber que a Assembléia Legislativa aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica acrescentado o Art. 4-A à Lei nº 5.377, de 10 de fevereiro de 2004, com a seguinte redação:

“Art. 4-A As atividades dos cargos de agente penitenciário, monitor penitenciário e criminólogo não poderão ser terceirizadas.”

Art. 2º O Art. 57 e o Anexo I, da Lei nº 5.377, de 10 de fevereiro de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 57. O Conselho Penitenciário do Estado do Piauí terá na sua composição um membro titular, dentre os agentes penitenciários, monitores penitenciários e criminólogos, indicados por sua entidade sindical representativa para mandato de 4 (quatro) anos.”

“ANEXO I

O efetivo do Sistema Penitenciário é composto de 1.600 (mil e seiscentos) cargos, com a distribuição em números, denominação, classes e respectivas referências:

| Nº CAR-GOS | DENOMINAÇÃO DO CARGO | CLASSE | REFERÊNCIA |
|------------|----------------------|----------|------------|
| --- | ----- | --- | --- |
| 50 | AGENTE PENITENCIÁRIO | ESPECIAL | 207 |
| 200 | AGENTE PENITENCIÁRIO | PRIMEIRA | 206 |
| 300 | AGENTE PENITENCIÁRIO | SEGUNDA | 205 |
| 800 | AGENTE PENITENCIÁRIO | TERCEIRA | 204 |
| --- | ----- | --- | --- |

”(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina(PI), 14 de maio de 2006.

GOVERNADOR DO ESTADO

SECRETÁRIO DE GOVERNO